

## Comunidades Quilombolas e Primeiras Infâncias

O conceito de quilombo, comumente ensinado nas escolas, é considerado fechado, na medida em que limita o sentido do quilombo como espaço de negros fugidos, quando, na verdade, se trata de uma arena de fugas estratégicas e de resistência frente ao processo de escravização. Nessa toada, é necessário uma ruptura epistêmica, que além de considerar os quilombos enquanto instrumentos de luta, seja capaz de compreender a heterogeneidade entre os quilombos e de jogar a luz em figuras silenciadas, como a Dandara. Mesmo havendo pontos de contato, os quilombos localizados no Pará, Pernambuco, Maranhão, Ceará e no Rio Grande do Sul, por exemplo, apresentam singularidades e especificidades, tais quais, tipos distintos de moradia, formas diferentes de plantar e modos próprios de viver e ser nos territórios.

Oriundos de processos de luta, resistência e insurgência, como aponta as produções bibliográficas de Givânea Maria da Silva, os quilombos foram recentemente nomeados “comunidades remanescentes de quilombos”, a despeito das mais de 5800 comunidades que abrangem entre 1700 e 2000 municípios no país, segundo o IBGE. Essa noção de comunidades remanescentes encolhe a importância da população quilombola, seja em números, seja na construção da sociedade, seja nos processos históricos de resistência.

No que se refere ao processo de escravidão, escritos de Cida Bento Ribeiro asseveram a existência de dois grandes legados paralelos, para quem escravizou e para quem foi escravizado, sendo esse último, aquele relacionado às populações indígena, quilombola e negra. Em razão do legado negativo da escravização, se impõe como necessário discutir a ideia de igualdade como o princípio norteador das políticas e projetos para as populações negra e quilombola, frente a noção de respeito as diferenças. Se de um lado a concepção de igualdade materializada desemboca na pasteurização dos indivíduos, na medida em que se determina que todas, todos e todes devem aprender os mesmos conteúdos, na mesma época e no mesmo lugar, de outro, o respeito as diferenças, é aberto a diversidade, possibilitando o reconhecimento das distintas trajetórias dos sujeitos. É necessário, portanto,

romper com a visão fechada de igualdade, que produz resultados idênticos de norte a sul do Brasil, em especial no âmbito da educação.

*"nossos parafusos e peças de encaixes são diversos e precisamos encontrar na educação os mesmos conceitos para garantir a diversidade e a equidade"*

Não obstante os apontamentos de absoluta relevância da literatura, notadamente, os escritos da Cida Bento Ribeiro, que se debruçam sobre infância e relações raciais, resta como desafio esmiuçar as localidades para compreender o território, já que as infâncias podem apresentar contornos próprios. Esse aprofundamento nos territórios desvela aspectos na esteira das divergências entre as prescrições formais e as características presentes nas comunidades indígenas e quilombolas, tais como: a extensão temporal da infância e o que deve ser ensinado e aprendido na infância (que conhecimentos e saberes importam). Por vezes, a perspectiva das comunidades desenvolve um processo educativo de i) cuidado com a sociedade colonizadora; ii) fuga do racismo e iii) preservação da identidade e dos elementos culturais próprios, necessários à construção de uma equidade onde as características dos quilombos assumem papel determinante.

*"não há como pensar qualquer possibilidade de equidade sem pensar territorialidade"*

Ainda sobre as características dos quilombos, é importante registrar que existem quilombos para além do contexto rural, diferente do senso comum. Os quilombos urbanos estão instalados, salvo raríssimas exceções, nas periferias das cidades e o seu êxodo guarda estreita relação, dentre outras razões, com a expansão da própria cidade, que aglutina o perímetro dos quilombos, e com a expulsão do campo perpetrada pelo latifúndio.

Sendo os quilombos o lugar de fugas estratégicas – que não devem ser percebidas de maneira pejorativa – e de resistência, suas características precisam ser consideradas na formulação e na implementação de políticas e projetos assim como se fazem presentes no cotidiano dos saberes escolares, extrapolando o período da infância. No caso da educação infantil, a inserção dos povos quilombolas em unidades de ensino demanda a pactuação do significado de infância, dos conteúdos escolares e dos tempos de formação junto às comunidades locais. De mais a mais, é necessário observar a pluralidade

dos quilombos, em específico, a diversidade, as diferenças, as especificidades e, principalmente, a territorialidade que orienta e coordena os demais aspectos.

*\*Texto elaborado a partir da exposição da Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação, Doutorando em Sociologia, fundadora da Confederação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e integrante da Associação Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores Negros, Givânia Maria da Silva, na ocasião do 3º Encontro da Comunidade de Aprendizagem sobre Primeira Infância e Equidade.*

Autoria: Nabi Oliveira, formando em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo e colaborador do Consórcio Dialógica, Oliva e Trajetórias